

OITO ANOS DE SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Paul Singer*

A nossa Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes)/Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) completa oito anos num momento de auge de realizações combinado com alguma incerteza quanto ao futuro. O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento coordena hoje ações concatenadas nas áreas de formação, desenvolvimento local, tecnologia social, incubação de empreendimentos solidários, mapeamento, prevenção da violência, finanças solidárias e comércio justo, e está dando início à sua participação no programa do governo federal de erradicação da miséria mediante uma parceria ambiciosa com todos os estados e municípios que já estão engajados em políticas de promoção da economia solidária em seus respectivos territórios.

A situação presente da economia solidária contrasta com a que prevalecia há oito anos: a economia solidária era então conhecida por poucos brasileiros, quase só os que entravam diretamente em contato com ela em alguns dos estados e somente em pequeno número de municípios. Os empreendimentos solidários estavam presentes nas áreas mais atingidas pelas crises de desemprego e em algumas que tinham longas histórias de exclusão social. Hoje a economia solidária constitui um movimento nacional presente por meio de fóruns em todos os estados e em centenas de municípios. E a economia solidária é objeto de políticas não só da União, como também de mais da metade dos estados e de numerosos municípios. O desconhecimento da economia solidária é ainda muito grande, mas a sua expansão contínua acelera a percepção da grande mídia de que a “outra economia” existe.

Dentro desta conjuntura encorajadora da economia solidária, o futuro imediato da Senaes está condicionado pelo Projeto de Lei (PL) nº 865/2011, que prevê o seu desmembramento do MTE e a sua integração em uma futura secretaria especial ligada à Presidência da República que deverá se responsabilizar pelas políticas de apoio às micro e pequenas empresas e à economia solidária. Esta mudança suscitou muitas preocupações quanto ao futuro das políticas federais de economia solidária. Felizmente, esta primeira impressão foi rapidamente esclarecida pela Secretaria-Geral da Presidência da República que, em reuniões sucessivas com a Senaes e depois com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), transmitiu a mensagem da presidenta Dilma de que a decisão de incluir a economia solidária numa mesma secretaria especial com as micro e pequenas empresas tem como objetivo ampliar as políticas a ambos os setores.

A Secretaria-Geral da Presidência da República, juntamente com as bancadas parlamentares das micro e pequenas empresas e da economia solidária, para que não haja perdas

*Secretário Nacional de Economia Solidária da Senaes/MTE.

nas políticas públicas de fomento à economia solidária, começou a negociar alterações imprescindíveis no texto do PL nº 865. É provável que a negociação se estenda ao decreto que irá regular a lei que criará a futura secretaria. Tudo leva a crer que será possível negociar dispositivos que permitirão minimizar eventuais perdas sofridas pela Senaes com a sua possível saída de um ministério no qual pôde crescer significativamente, granjeando simpatias, apoios e parcerias, inclusive estendendo sua capilaridade no amplo espaço brasileiro, graças a nossa presença nas Superintendências Regionais de Trabalho e Emprego.

O universo das micro e pequenas empresas é grande e heterogêneo, mas boa parte dele é representado pela economia popular. Isso significa que a provável passagem da Senaes para a futura secretaria especial poderia abrir novos espaços de simbiose e expansão para a economia solidária. Dentro da névoa de incerteza que nos envolve há também raios de esperança.